



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA

INSPEÇÃO GERAL – CÍVEL E CRIMINAL

Comarca	Vigia de Nazaré
Unidade inspecionada	Vara Única de Vigia
Competência da unidade	Geral
Data de inspeção/edital	21/03/2023 Edital N° 001/2023-CGJ, DJ 09.02.2023
Responsável pelo preenchimento do questionário na unidade	Antônio Francisco Gil Barbosa/Augusto Jarte do Amaral Noronha Mat. 157732
Responsável pelo preenchimento do questionário da CGJ	Breno Peck de Barros Mello, analista judiciário



1. INFORMAÇÕES GERAIS DA UNIDADE (Dados Funcionais e Administrativos):

1.1. Juiz/Juíza de Direito/Período de titularidade ou exercício:

Antônio Francisco Gil Barbosa, titular desde 07/01/2020



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA

1.2. Afastamentos do(a) magistrado (a) nos últimos 3 (três) meses:

a.	Férias: 09 a 22 de janeiro de 2023 (Portaria 3767/2022-GP DJPA 17/10/22)
b.	Folgas compensatórias: 09 a 17 de fevereiro de 2023;
c.	Licenças: 02 a 08 de fevereiro de 2023

1.3. Se a Unidade compõe comarca com mais de uma Vara, qual foi o último período de plantão que houve atuação do(a) magistrado(a)?

Vara Única

1.4. Quantos expedientes encontram-se pendentes de resposta à Presidência, Corregedoria, Ouvidoria, Coordenadorias, Seção de Direito Penal e Turmas de Direito Penal?

02

Unidade remeteu cópias dos procedimentos SIGADOC PA-MEM-2022/28247 e PJEOR 0003007-41.2022.2.00.0814. O primeiro se originou de demandas efetuadas na autocorreção ref. 2021; o segundo trata de pedido de recambiamento de preso em Goiás para ser submetido a Júri Popular. O assunto é novamente tratado neste relatório no item 9.5.

1.5. Qual a data de realização da última reunião entre magistrado(a) e servidores(as) para confecção/atualização do plano de ação da Unidade?

09/01/2023

2. CORPO FUNCIONAL DA UNIDADE:

2.1. Quadro de pessoal:

2.1.1 Secretaria

Vínculo do(a) servidor(a)	Quantitativo
Efetivos (as)	04
Exclusivamente comissionados(as)	00
Cedidos(as)/Requisitados(as)	03
Estagiários/as	00
Terceirizados/as	00

SubÁrea Comarcas do Interior
Lotação Vara Unica da Comarca de Vigia
Localização FORUM DES. ALVARO PANTOJA PIMENTEL
Telefones (91) 3731-1444
E-mail
Institucional
Juiz Titular Antonio Francisco Gil Barbosa
Juiz Substituto Luisa Padoan

Nome	Vínculo	Grupo	Situação
Antonio do Espirito Santo Siqueira Silva	Requisitado - Prefeitura	Requisitado - Nivel Fundamental	Normal
Antonio Francisco Gil Barbosa	Magistrados	Juiz Titular	Férias: 03/04/2023 - 02/05/2023 - Dia(s): 30.
Augusto Jarte Amaral Noronha	Efetivo	Auxiliar Judiciario	Normal
Crika Priscila Sousa da Silva	Efetivo	Analista Judiciario	Afastamento: Licenca para tratamento de saude: 09/01/2023 - 08/04/2023 - Dia(s): 90.
Fabricao Gomes da Silva	Efetivo	Auxiliar Judiciario	Normal
Marcos Antonio Samento Pinheiro	Efetivo	Atendente Judiciario	Normal
Rose Anne da Silva Siqueira	Requisitado - Prefeitura	Requisitado - Nivel Fundamental	Normal



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA

2.1.2. Gabinete:

Vínculo do(a) servidor(a)	Quantitativo
Efetivos(as)	02 (Uma de licença maternidade de 12/2022 a 06/2023.)
Exclusivamente comissionados(as)	01
Cedidos(as)/Requisitados(as)	00
Estagiários(as)	00
Terceirizados(as)	00

SubÁrea Comarcas do Interior
Lotação Gabinete da Vara Única da Comarca de Vigia
Localização FORUM DES. ALVARO PANTOJA PIMENTEL
Telefones (91) 3731-1444

E-mail

Institucional

Nome	Vínculo	Grupo	Situação
Cristina Azevedo Salgueiro	Efetivo	Auxiliar Judiciário	Afastamento: Licença maternidade - 121 a 180 dias: 07/01/2023 - 05/07/2023 - Dia(s): 180.
Eduardo Hamilton Carvalho Silveira	Efetivo	Analista Judiciário	Normal
Gabriel Jose de Oliveira Soares	Exclusivamente Comissionado	Comissionado	Normal

2.2. Há servidores(as) que executam suas atividades em regime de teletrabalho? (Portaria nº 2897/2019, de 17/06/2019). Em caso positivo, de que forma é feito o controle de produtividade? (anexar planilha dos últimos 03 meses)

Sim! Através do painel de gestão de atividades e do relatório apresentado pelo servidor em teletrabalho.

2.3. Como é feito controle de produtividade dos(as) servidores(as) em regime de trabalho presencial? (anexar planilha dos últimos 03 meses)

Pelo Painel de Gestão Judiciária.

2.4. Como é feito o acompanhamento da produtividade do servidor a partir das metas fixadas e o plano de ação 2023?

Planilha de processos repassados aos servidores diariamente e através dos relatórios do Painel de Gestão Judiciária.

Painel de Atividades

Ref. Novembro 2022

DENOME	MOVIMENTOS 1G	TAREFAS 1G	PROCESSOS 1G
ANTONIO DO ESPIRITO SANTO SIQUEIRA SILVA	18	33	16
AUGUSTO JARTE AMARAL NORONHA	1.066	2.651	645
FABRICIO GOMES DA SILVA	71	115	26
MARCOS ANTONIO SARMENTO PINHEIRO	269	682	140
ROSE ANNE DA SILVA SIQUEIRA	116	145	48
Total	1.540	3.626	849

Ref. Dezembro 2022



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA

NOME	MOVIMENTOS 1G	TAREFAS 1G	PROCESSOS 1G
ANTONIO DO ESPIRITO SANTO SIQUEIRA SILVA	13	19	9
AUGUSTO JARTE AMARAL NORONHA	1.197	2.514	683
FABRICIO GOMES DA SILVA	48	72	17
MARCOS ANTONIO SARMENTO PINHEIRO	106	204	45
ROSE ANNE DA SILVA SIQUEIRA	40	52	19
Total	1.404	2.861	756

Ref. Janeiro 2023

NOME	MOVIMENTOS 1G	TAREFAS 1G	PROCESSOS 1G
ANTONIO DO ESPIRITO SANTO SIQUEIRA SILVA	58	146	29
AUGUSTO JARTE AMARAL NORONHA	434	1.094	256
FABRICIO GOMES DA SILVA	57	104	16
MARCOS ANTONIO SARMENTO PINHEIRO	158	410	73
ROSE ANNE DA SILVA SIQUEIRA	88	98	42
Total	795	1.852	385

3. INSTALAÇÕES DA UNIDADE:

3.1. Houve pleito administrativo para resolução de problemas estruturais identificados na última correição tanto do gabinete como da Secretaria? Qual última movimentação do expediente?

Não, mas foi realizado pleito pelo magistrado para reforma do prédio, com alteração do layout, inclusive da Secretaria, que passou a funcionar em espaço único e amplo, além da adequação da Sala de Depoimento Especial e da Equipe Multidisciplinar. Ressalva-se que, ainda que tenham ocorrido as mudanças estruturais, não houve a renovação dos móveis, que não são adequados para funcionamento, mesmo havendo requerimento neste sentido.

Mesmo com a realização da reforma, restou a manutenção do teto do prédio do Fórum, que se encontra com defeitos na estrutura, com várias goteiras, sendo informado pela gestão anterior que a sua realização estaria prevista para este ano, aguardando a aprovação da ata de preços.

A unidade não soube informar qual expediente administrativo havia sido aberto a respeito de problemas estruturais.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA



Foi relatado ainda que há problemas com a internet, mas que estariam relacionados a picos de energia e não a problemas com a rede ou o serviço em si. Não foi identificado chamado apontando esta situação.

No item 15, é relatado que na ocasião da última correição presencial havia problemas estruturais mais complexos, como goteiras e risco de desabamento do teto, e falhas na acessibilidade. Na inspeção, constatou-se que estes problemas foram tratados e sendo constatada a presença de rampas e banheiro adaptado.

4. DADOS ESTATÍSTICOS:

4.1. PROCESSOS JUDICIAIS:

*Data de coleta de dados pela Unidade: 06 / 03 / 2023 .

Dados processuais	Total no período da extração dos	Total na data Inspeção
-------------------	----------------------------------	------------------------



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA

	dados	
Total de processos em tramitação na Vara, incluindo suspensos, sobrestados e arquivados provisoriamente (acervo total)	3.716	3803
Total de processos suspensos, sobrestados ou arquivados provisoriamente	36	44
Total do acervo com prioridade	355	359
Total de processos sem movimentação há mais de 100 dias em Secretaria (excluídos suspensos, sobrestados e arquivados provisoriamente)	91	109
Total de processos conclusos para o(a) magistrado(a)	1.347	1257
Total de processos conclusos para o(a) magistrado(a) há mais de 100 dias	659	661
Total de processo envolvendo prioridade legal conclusos há mais de 100 dias	42	53

4.2. FLUXO PROCESSUAL NOS ÚLTIMOS 03 (TRÊS) MESES:

*Unidade: vide Painel de Gestão Judiciária

PROCESSOS JUDICIAIS	QUANTIDADE
	260
	<i>Em apuração pela CGJ no Painel de Gestão Judiciária – PGJ em 03/04/23, verificaram-se os seguintes números:</i>
	Novembro 22: 103 (total)
	Denúncia 1
	Distribuição 80
	Mudança de Classe Processual 20
	Redistribuição 2
	Dezembro 22: 128 (total)
	Denúncia 1
	Distribuição 113
	Mudança de Classe Processual 14
	Janeiro 2023: 89 (total)
	Distribuição 84
	Mudança de Classe Processual 2
	Redistribuição 3
	Total geral no período: 320
Total de processos distribuídos e redistribuídos	
Total de processos julgados	109



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA

	<p><i>Em apuração pela CGJ no Painel de Gestão Judiciária – PGJ em 03/04/23, verificaram-se sentenças com resolução do mérito, incluindo homologatórias, e sem resolução do mérito.</i></p> <ul style="list-style-type: none">• Novembro 22: 12• Dezembro 22: 18• Janeiro 22: 25• Total Geral 55
Total de processos baixados definitivamente do acervo	<p style="text-align: center;">53</p> <p><i>Em apuração pela CGJ no Painel de Gestão Judiciária – PGJ em 03/04/23, verificaram-se os seguintes números:</i></p> <ul style="list-style-type: none">• Novembro 22: 78• Dezembro 22: 57• Janeiro 23: 10• Total Geral 145

4.3. PRODUTIVIDADE DO(S) MAGISTRADO(S) NOS ÚLTIMOS 03 (TRÊS) MESES:

**Unidade: vide Painel de Gestão Judiciária*

ATOS PROCESSUAIS DOS(AS) JUIZ(AS):	QUANTIDADE
Decisões	210
Despachos	159
Sentenças com resolução de mérito	45
Sentenças sem resolução de mérito	27
Audiências realizadas	31

Em 03/04/23, foram apurados os seguintes números no Painel de Gestão Judiciária – PGJ pela Corregedoria

Novembro 2022

- Decisão interlocutória 82
- Despachos 129
- Sentença c/ mérito 49
- Sentença s/ mérito 18

Dezembro 2022

- Decisão interlocutória 93
- Despachos 57
- Sentença c/ mérito 20
- Sentença s/ mérito 8

Janeiro 2023

- Decisão interlocutória 84
- Despachos 110
- Sentença c/ mérito 27



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA

- Sentença s/ mérito 23

4.4. O Quadro de produtividade é publicado no quadro de avisos do Fórum?

Não.

5. METAS NACIONAIS:

5.1. Quem realiza o controle/acompanhamento dos índices de cumprimento das Metas Nacionais? Existe plano de ação adotado na unidade? Anexar.

Magistrado e o Diretor de Secretaria.

O plano de ação possui objetivos baseados em indicadores, e também possui metas e etapas, todos bem discriminados. Entretanto, as etapas não são designadas a pessoas específicas, e não são instituídos prazos para serem concluídas. (v. anexo).

A unidade foi orientada a identificar todos os processos Meta 2, inclusive com etiquetas sobre as matérias visando agilizar o julgamento de 780 processos.

Corregedoria Geral:

Inserir print de tela do Painel de Metas Nacionais na data da Inspeção



6. ROTINA DE TRABALHO DA SECRETARIA:



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA

6.1. Sobre o Fluxo processual assinale as etapas que são operacionalizadas:

a.	<input checked="" type="checkbox"/>	Fluxo processual: triagem, conferência e correção do cadastro de classes e assuntos processuais;
b.	<input checked="" type="checkbox"/>	Análise, controle e tempo médio para análise dos processos vindos do gabinete;
c.	<input checked="" type="checkbox"/>	Movimentação processual;
d.	<input checked="" type="checkbox"/>	Elaboração de minutas e revisão dos atos de secretaria;
e.	<input checked="" type="checkbox"/>	Gestão de rotinas e da equipe, controle estatístico e produtividade da equipe;
f.	<input checked="" type="checkbox"/>	Controle dos prazos e imediata certificação.

6.2. Por amostragem, verifique em 03 (três) processos que se encontravam suspensos se a unidade observou o procedimento recomendado na Nota Técnica elaborada pelo Departamento de Planejamento, Gestão e Estatística-DPGE/TJPA, encaminhada através do ofício circular nº 048/2022-CGJ, quanto à premente necessidade de retirada da condição de suspensão/sobrestamento de autos antes do movimento de julgamento/baixa de processos no sistema PJE. (Ofício circular nº 048/2022-CGJ, expedido nos autos PJECOR nº 0002009-73.2.00.0814)

Não, sendo encontrados processos com movimento suspensos em tramitação, exemplo 0002896-69.2014.8.14.0063 e 0000246-93.2007.8.14.0063.

6.3. Por amostragem, verifique se os bens apreendidos vinculados aos feitos em tramitação na Unidade foram devidamente cadastrados no SNBA (Sistema Nacional de Bens Apreendidos). Caso na data da Inspeção já se encontre disponibilizado pelo Conselho Nacional de Justiça a possibilidade de realização do cadastramento de bens através do novo Sistema Nacional de Gestão de Bens-SNGB, verifique, por amostragem, os cadastros realizados neste sistema, nos termos da Resolução nº 483/CNJ-2022. (Resolução nº 483-CNJ, de 19/12/2022 - Institui o Sistema Nacional de Gestão de Bens e dá outras providências)

Não está sendo alimentado o SNBA.

Foram encontrados bens no Fórum sem vinculação a processos.

6.4. Qual a regularidade de atualização no processo eletrônico (PJE) de dados como endereço, telefone, e-mail, de partes, advogado, Ministério Público e outros, após o recebimento do peticionamento para permitir a automação na confecção de mandados de quaisquer naturezas de comunicação?

Sempre que necessário ou informado pelas partes ou seus patronos.

6.5. Quantas notificações aguardam verificação pasta agrupadores? Qual a data da notificação mais antiga?

447

Unidade foi orientada no sentido de sempre verificar a pasta agrupadores, e que esta



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA

verificação periódica deve compor um conjunto de boas práticas.

6.6. O mandado de prisão civil é cadastrado no BNMP?

Sim

6.7. A remessa de processo no PJE está sendo motivada? Apontar 1 amostragem.

Sim, Processo nº 0800244-36.2020.8.14.0063

6.8. Quantos processos migrados encontram-se pendentes de regularidade e não foram movimentados no PJE?

Todos já foram migrados e impulsionados, exceção de alguns que estavam fora do relatório de migração constante no portal do TJPA.

6.9. Quantos processos foram baixados no mês anterior?

15

Conforme indicado no PGJ consultado em 03/04/23.

6.10. Consultando o painel de gestão judiciária foi verificado processo com prioridade paralisado há mais de 100 (cem) dias em Secretaria?

Sim. 07 processos.

A secretaria apresentou um plano de padronização de rotinas, etiquetas e expedientes visando tornar sua atuação mais ágil (v. anexo). A elaboração e divulgação são feitas pelo Diretor de Secretaria.

Na ocasião, o expediente foi considerado boa prática que deveria ser ampliada a toda a unidade, e o servidores foram encorajados a atuar com base nas regras anotadas no plano.

Foi sugerido, por fim, como complemento às boas práticas adotadas, que as etiquetas fossem elaboradas por um sistema de hierarquia, de modo a racionalizar sua criação e edição.

7. MANDADOS/ CENTRAL DE MANDADOS/ CARTAS PRECATÓRIAS:

7.1. A Unidade está vinculada a Central de Mandados?

Vara única.

7.2. A Unidade adota modelo de mandado no PJE? (anexar o modelo)

Sim

MANDADO DE CITAÇÃO
(resposta escrita à acusação - Prazo de 10 dias)

Processo - #{processoTrfHome.instance.numeroProcesso}
#{processoTrfHome.instance.assuntoTrfListStr}



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA

#{processoTrfHome.instance.classeJudicial}
#{processoExpedienteHome.nomeEnderecoPartesSelecionadas}

De ordem do MM^o Juiz de direito titular da Comarca de Vigia e Termo Judiciário de Colares/PA. DR. ANTONIO FRANCISCO GIL BARBOSA, Fica o senhor(a) acima identificado(a), Por meio deste Instrumento devidamente **CITADO (A) para apresentar resposta escrita à acusação no prazo de 10 (dez) dias**, cientificando de que: I) poderá alegar tudo o que for de interesse a sua defesa, oferecer documentos e justificações, especificar provas pretendidas e arrolar testemunhas, qualificando-as; II) decorrido o prazo de 10 (dez) dias sem apresentação de defesa, ser-lhe-á designada um defensor dativo. anexo cópia da denúncia.

Vigia/PA, #{dataAtual}

#{usuarioLogado.nome}
Matrícula -
Secretaria da Vara Única de Vigia-Pará.

7.3. Com que regularidade é realizada a depuração dos mandados encaminhados à Central de Mandados e que não foram distribuídos ou perderam validade nos últimos 06 (seis) meses? Anotar o número de mandados pendentes constante no ícone expediente da secretaria.

A distribuição dos mandados está sendo feita regularmente não constando nos relatórios nenhum com pendências de distribuição nos últimos 06 meses.

7.4. Qual a antecedência que a Secretaria envia o mandado “não urgente” para cumprimento?

30 dias, área urbana e 60 dias, zona rural

7.5. Considerando a Vara como juízo deprecante, há processos aguardando cumprimento de carta precatória há mais de 03 (três) meses? Foi realizada comunicação à Corregedoria?

01 (uma) Carta Precatória, está aguardando a realização da audiência deprecada.

7.6. Considerando a Vara como juízo deprecado, há processos aguardando cumprimento de carta precatória há mais de 03 (três) meses? Caso positivo, justifique os motivos para a morosidade.

Sim, processo 0801160-02.2022.8.14.0063, aguardando cumprimento do mandado de prisão em decorrência de débito alimentar, em contato com Oficial, ele informou que ainda não conseguiu localizar o Executado, ainda que tenha diligenciado.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA

8. ROTINA DE TRABALHO NO GABINETE:

8.1. Por amostragem, com base na pauta de audiência do mês anterior, identifique o número de audiências realizadas na modalidade presencial, virtual ou híbrida, e se, no processo em que houve audiência não presencial constava pleito das partes ou do Ministério Público.

No mês de fevereiro de 2023 todas as audiências foram virtuais, todavia, sempre fica garantida a sua realização de forma presencial, bastando que a parte e/ou sem patrono, compareceram no Fórum. A maior parte do mês de fevereiro se encontrava respondendo pela Comarca o Juízo da Vara Única da Comarca de São Caetano de Odivelas, em razão de licença saúde e folgas do magistrado titular.

Foi realçado que toda audiência de instrução o magistrado deverá se encontrar fisicamente no ambiente do Fórum.

8.2. Quantas audiências de instrução e julgamento estão pautadas para o presente mês?

Estão pautadas 30 audiências de instrução e julgamento para o mês de março de 2023.

O controle de audiências é realizado pelo Teams e a pauta é disponibilizada para toda a equipe.

8.3. Consultando o painel de gestão judiciária foi verificado processo com prioridade paralisado há mais de 100 (cem) dias em Gabinete?

Sim. Em razão de se ter acumulado processos devido a demanda reprimida em razão da movimentação dos processos resultantes da migração e por se encontrar de férias, licença ou gozo de folgas o magistrado titular da Comarca.

8.4. Qual o quantitativo de processos que se encontram suspensos, aguardando julgamento pelas Cortes Superiores e pelo Tribunal como precedentes obrigatórios? Quais temas? (Diretriz 6 Corregedoria Nacional 2023)

06 processos. IRDR nº 71/TO e Tema 1132.

8.5. Após o julgamento de precedentes obrigatórios firmados pelas Cortes superiores e pelo Tribunal, qual o prazo para retomada do julgamento dos processos individuais então suspensos? (Diretriz estratégica 6 da Corregedoria Nacional 2023)

No prazo máximo de 30 (trinta) dias.

8.6. Quantas audiências concentradas foram realizadas para reavaliar as medidas socioeducativas de interação e semiliberdade (infância e juventude), bem como audiências concentradas pelo acolhimento de crianças e adolescentes, nos últimos 6 meses (infância e juventude)? (Diretriz estratégica 9 da Corregedoria Nacional 2023)

Nenhuma, não se tem adolescente cumprindo medidas de internação ou semiliberdade na Vara, não constando crianças ou adolescente acolhido.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA

8.7. Quantas crianças e adolescentes encontram-se em acolhimento?

Nenhuma.

8.8. A unidade possui pendências de atualização no SNA ainda não corrigidas, considerando como parâmetro o último relatório trimestral da CEIJ?

Sim. Neste sentido, para fins de acompanhamento e regularidade dos processos do SNA está se providenciando o cadastro da equipe multidisciplinar para ter acesso à plataforma do SNA e promover um acompanhamento diário das movimentações, com a finalidade de se dar celeridade na tramitação e conclusão dos procedimentos.

Foram localizadas 3 (três) pendências na semana anterior à inspeção; em 03/04/23, são 6 (seis) as pendências. Há processos de destituição atrasados, e uma adolescente alcançou maioria. A unidade foi orientada a resolver as pendências.

8.9. Se a unidade possui competência sobre registros públicos, qual a periodicidade de fiscalização do funcionamento dos cartórios de registro de pessoas naturais em regime de plantão, nos finais de semana e feriados? (Diretriz estratégica 5 da Corregedoria Nacional 2023)

Anualmente.

8.10. Se a unidade possui competência sobre registros públicos, informe se o cartório de registro de pessoas naturais possui posto avançado em maternidade e casa de saúde, assim como promove o cadastramento de parteiras nas localidades distantes? (Diretriz estratégica 5 da Corregedoria Nacional 2023)

Não possui.

8.11. Se a unidade possui competência sobre registros públicos, o assunto “Registro tardio” (TPU 7732) encontra-se devidamente identificado? Quantos processos com esse assunto encontram-se paralisados há mais de 100 (cem) dias? (Diretriz estratégica 5 da Corregedoria Nacional 2023)

Não existem processos com esse registro, porém diante de classificações erradas há possibilidade dessa natureza de procedimento, sendo recomendado que a unidade busque a correta classificação.

8.12. Há na unidade localidade com concentração potencial de sub registro civil? Existe programação na unidade para a realização de ações que visem erradicar o sub registro civil? (Diretriz estratégica 5 da Corregedoria Nacional 2023)

Não se tem essa informação, todavia está em elaboração projeto para realização de ações na zona rural e urbana onde terá por objeto a realização de registro civil e expedição dos demais documentos.

8.13. Está sendo observada a Resolução nº 21/2022-TJPA, que regula a realização de audiência judicial por videoconferência ou telepresencial?

Sim.

8.14. É utilizada a ferramenta de acompanhamento de processos paralisados para



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA

evitar que entrem nos 100(cem) dias sem movimentação?

Sim. Extrai-se regularmente do Sistema de Gestão Judiciária, relatório dos processos com mais de 100 dias e os que estão se aproximando, para fins de acompanhamento e andamento, todavia, conforme já relatado anteriormente, devido a grande quantidade de processos conclusos em pouco tempo e ausência de servidores, no momento se busca zerar os processos com mais de 100 dias, dando andamento e prioridade na sua movimentação.

A unidade foi orientada a não se limitar a atuar somente nos processos mais antigos, com mais de 100 dias, devendo atuar em processos em lote com prazo inferior a 100 dias de forma a não permitir o aumento do acervo paralisado.

8.15. Foram assistidos os vídeos instrucionais que constam na página institucional do TJPA (página de abertura do Painel de Gestão Judiciária - PGJ)?

Não.

A unidade foi orientada a buscar os vídeos autoinstrucionais e os servidores foram orientados a buscar ativamente os cursos oferecidos pela Escola Judicial, em especial aqueles na modalidade EAD. Foi também orientado a registrar os treinamentos ocorridos em ata.

8.16. Quantos processos precisam ser julgados para cumprimento da Meta 2 Nacional 2023? (Painel de Gestão Judiciária - PGJ)?

363 processos.

Durante a inspeção, o número constatado foi de 582 (quinhentos e oitenta e dois) processos que necessitavam julgamento para atingir a Meta 2. Conforme descrito no item 5.1, a unidade foi orientada a priorizar, dos processos da Meta 2, aqueles paralisados há mais de cem dias.

9. ROTINA CRIMINAL

9.1. Sobre o fluxo processual assinala as etapas que são operacionalizadas:

a.	(x)	Fluxo processual: triagem, conferência e correção do cadastro de classes e assuntos processuais;
b.	(x)	Análise, controle e tempo médio para análise dos processos vindos do gabinete;
c.	(x)	Movimentação processual;
d.	()	Elaboração de minutas e revisão dos atos de secretaria;
e.	(x)	Gestão de rotinas e da equipe, controle estatístico e produtividade da equipe;
f.	(x)	Controle dos prazos e imediata certificação;
g.	(x)	Retificação de autuação no sistema PJE após recebimento da denúncia
h.	()	Registro dos dados de prisão e soltura dos(as) réus(rés) e atualização das informações constantes da aba "Informações Criminais" - Não, por desconhecimento da Secretaria, houve orientação para passar a ser



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA

realizado, bem como atualizar o Sistema, sempre que possível.

9.2. Há fluxo de trabalho para o recebimento de informações sobre a instauração de qualquer investigação criminal, inquérito policial ou procedimento de investigação criminal no Ministério Público, no prazo previsto no Código de Processo? (Diretriz Estratégica nº 4 – Desenvolver e regulamentar fluxos de trabalho, pelos juízos criminais, para o recebimento de informações sobre a instauração de qualquer investigação criminal, inquérito policial ou procedimento de investigação criminal no Ministério Público, no prazo previsto no Código de Processo Penal, comunicando-se à Corregedoria local)

Não. A unidade foi orientada a elaborar fluxo para recebimento de informações sobre instauração de investigação criminal, como forma de estabelecer boa prática.

9.3. Como é organizado o atendimento ao público? Quais são os meios utilizados? A Unidade realiza atendimentos através da ferramenta “Balcão Virtual”? (Resolução nº 372/2021-CNJ, de 12/02/2021 e Portaria nº 1724/2021-GP, de 18/05/2021)

Os atendimentos são realizados de forma presencial em secretaria e Gabinete, através do e-mail da unidade, telefone celular e principalmente pelo Balcão Virtual, ressaltando que os atendimentos via balcão e via e-mail se apresentam como os mais eficazes na solução das demandas processuais.

A unidade foi orientada a esclarecer ativamente os advogados e jurisdicionados a respeito do atendimento à distância, seja Balcão Virtual, seja por outros meios. Informou que tem observado redução do número de pessoas que buscam atendimento presencial após a digitalização do acervo, mas que ainda recebe número grande de indivíduos, o que inclusive se refletiria na qualidade do trabalho.

9.4. Quantos processos envolvendo presos(as) provisórios(as) se encontram tramitando na Unidade? De que forma são sinalizados e controlados todos os processos nos quais há ré(u) presa(o) provisória(o)? (Deve a Unidade anexar relatório e/ou controle em arquivo word ou excel contendo todos os processos que envolvam réus presos provisórios, com informação da data da prisão, número do processo e última movimentação)

10 presos provisórios. Através de planilha elaborada no Excel que é atualizada rotineiramente em decorrência da movimentação processual dos custodiados.

A unidade anexou cópia da planilha para exame. Esta planilha é compartilhada com a equipe via grupo no Teams. Há contagem de dias preso para cada réu, mas não há alerta para prazo vencido.

9.5. Por amostragem, verificar se há processos envolvendo presos(as) provisórios(as) tramitando há mais de 180 (cento e oitenta) dias. (Resolução nº 66/2009-CNJ - Cria mecanismo de controle estatístico e disciplina o acompanhamento, pelos juízes e Tribunais, dos procedimentos relacionados à decretação e ao controle dos casos de prisão). É realizada a revisão da manutenção de prisão cautelar da(o)s ré(u)s presa(o)s provisória(o)s a cada 90 (noventa) dias? (artigo 316, parágrafo único do Código de Processo Penal)



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA

Não. Existiam presos provisórios tramitando há mais de 180 dias, todavia, em razão do excesso de prazo, foram revogadas ou relaxadas as prisões, se tendo um destaque para o preso que estava custodiado na cidade Palmeiras de Goiás – GO, objeto do pedido de recambiamento, todavia, devido a demora a prisão foi relaxada por excesso de prazo. Essa situação foi relatada à Corregedoria, via PJeCor de 0003007-41.2022.2.00.0814, que vai anexo a este relatório.

9.6. Qual a média de tramitação dos processos envolvendo ré(u)s presa(o)s provisória(o)s entre a data da prisão e o julgamento? (Diretriz Estratégica nº 13/2023 do Conselho Nacional de Justiça – Apresentar, no prazo de 90 (noventa) dias, relatório analítico dos processos de presos provisórios pendentes de julgamento, apontando o tempo médio de tramitação, bem como daqueles julgados no 1º semestre de 2022, apontando o tempo médio entra a data da prisão e o julgamento)

Na ocasião, constatou-se haver apenas um processo com preso há mais de 180 dias, já aguardava julgamento.

9.7. Quais são os estabelecimentos penais sob responsabilidade do Juízo? O(A) Magistrado (a) tem realizado inspeções mensais e inserido o respectivo relatório sobre as condições do estabelecimento no Cadastro Nacional de Inspeções nos Estabelecimentos Penais – CNIEP? (Anexar cópia do último relatório)

DELEGACIA DE POLÍCIA CIVIL DE VIGIA – DEPOL/VIGIA, o estabelecimento não é utilizado para custódia de presos, eles ali permanecem até a realização da audiência de custódia e, em ocorrendo a conversão em preventiva, são transferidos para o sistema penal da SEAD, posto que o local não oferece segurança e nem dispõe de efetivo para custódia dos presos: SIM.

Em visita a delegacia a Corregedoria atestou os seguintes fatos:

- *Há dois delegados: Gustavo Lemos Rolim, presente na ocasião, e Luís de Carvalho Nogueira Filho;*
- *A Delegacia conta com dois investigadores de polícia, três escrivãos, três agentes administrativos da Prefeitura, cinco servidores atuando pelo Propaz e mais dois estagiários;*
- *O prédio se encontra em condições boas no geral, com pintura e reforma recentes, apesar de algumas infiltrações. Conta com sala do Propaz para esculta especial, equipada. Há refeitório. Não há ambulatório.*
- *A cela se encontra deteriorada, com pouca iluminação natural, aparentando condições mínimas de higiene. Havia uma pessoa presa na ocasião. Há uma sala gradeada ao lado onde eventualmente aguardam presos civis, menor de idade e mulheres, até o devido tratamento.*
- *Nos fundos da delegacia são armazenados cerca de 60 (sessenta) motocicletas, número informado pelo delegado presente. Não há inventário destes veículos e não se sabe se estão vinculados a processos.*
- *Há armas de fogo, simulacros e perfurocortantes, além de entorpecentes, todos armazenados em armário com chave simples. Também não há inventário e não*



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA

se sabe se estão vinculados a processos.

- *Quanto às inspeções mensais, o delegado presente esclareceu que havia assumido em Agosto de 2022, e não soube de visita do magistrado da comarca desde então.*



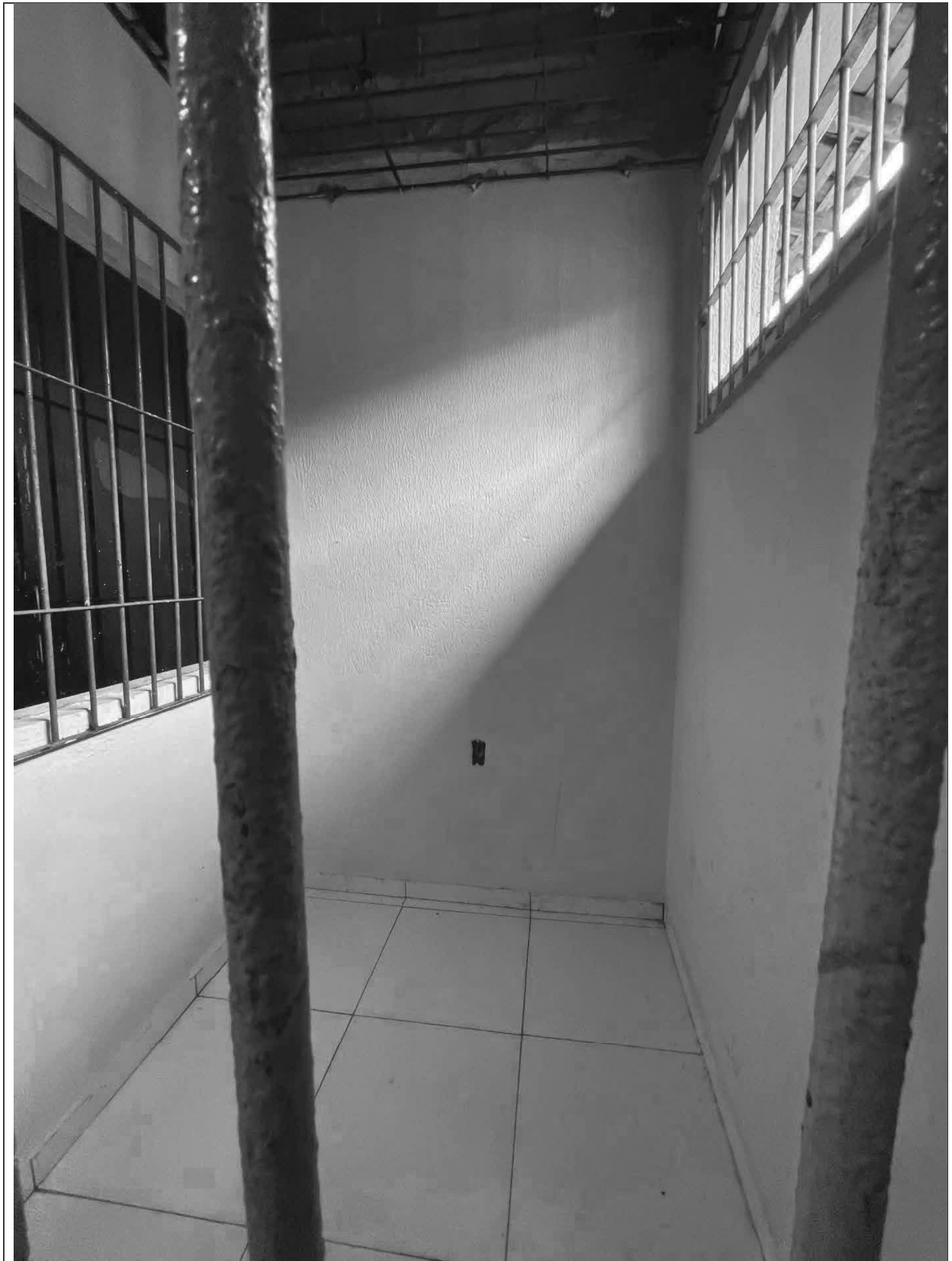


PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA





PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA





PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA





PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA



10. DO BANCO NACIONAL DE MEDIDAS PENAIS E PRISÕES – BNMP:

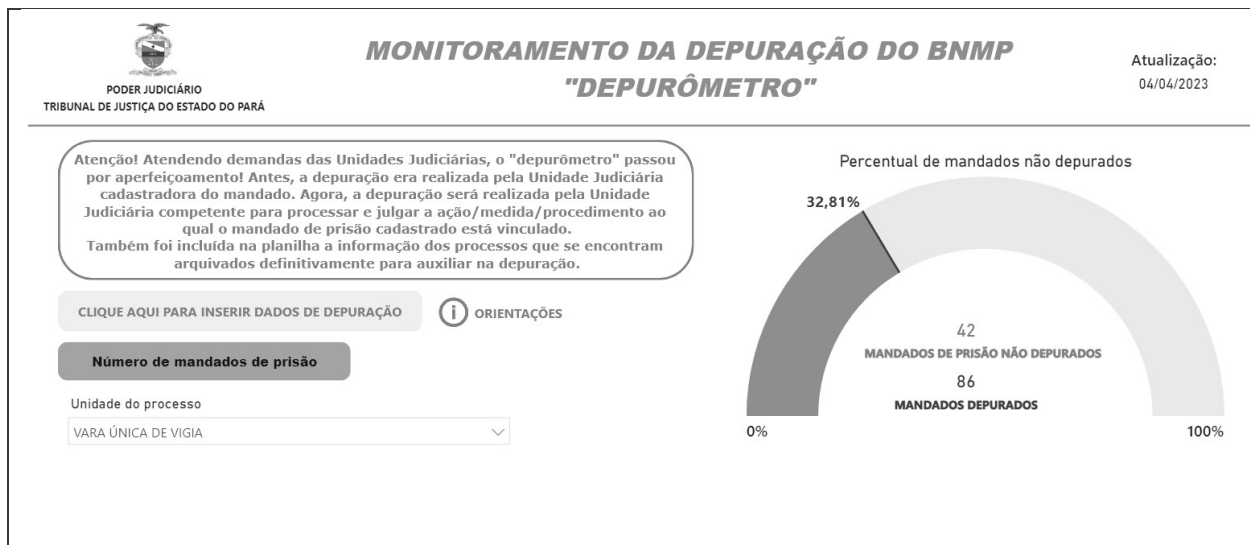
10.1. De que forma Unidade alimenta e controla os dados registrados no BNMP nos termos da Resolução nº 417/2021 do Conselho Nacional de Justiça? A Unidade observa e realiza diligente e eficiente verificação do sistema para sanar eventuais inconsistências de informações e cadastros de mandado de prisão e alvará de soltura da(o)s ré(u)s, inclusive com verificação se a(o) ré(u) possui RJI (Registro Judicial Individual)? – (Resolução nº 417/2021-CNJ - Institui e regulamenta o Banco Nacional de Medidas Penais e Prisões (BNMP 3.0) e dá outras providências).

Sim.

Na inspeção, constaram-se 56 (cinquenta e seis) mandados pendentes de depuração, 78 (setenta e oito) depurados. A unidade esclareceu que realiza verificação, mas com pouca frequência.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA



10.2. Considerando a Resolução nº 113/2010 do CNJ, há expedição da guia de recolhimento no prazo de 05 (cinco) dias nos processos em que proferida sentença condenatória? (Dispõe sobre o procedimento relativo à execução de pena privativa de liberdade e de medida de segurança e dá outras providências)

Sim

10.3. O cumprimento dos alvarás de soltura ou do mandado de desinternação observa o prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas previsto no artigo 6º da Resolução nº 417/2021-CNJ?

Sim

10.4. Ao expedir o alvará de soltura ou mandado de desinternação, a Unidade realiza consulta ao sistema nacional ou de informação criminal se o(a) acusado(a) foi preso(a) em flagrante por outro delito ou se há em seu desfavor mandados de prisão por outro crime? Qual o tempo médio para verificação?

Não, atualmente essa pesquisa é feita pela SEAP centrais de alvarás, a secretaria da vara expede o alvará e encaminha para a unidade da SEAP para as pesquisas necessária, quando dão ou não cumprimento ao alvará, certificando nos autos.

10.5. Constatada a falta de cumprimento do alvará de soltura, na forma e prazo legal, o(a) juiz(íza) comunica a irregularidade à Corregedoria-Geral de Justiça ou a do Juízo deprecado, bem como ao Ministério Público?

Não houve caso registrado, mas se ocorrer, será feita a comunicação.

11. DO CONTROLE DOS PRAZOS PRESCRICIONAIS:

11.1. Qual a data da última verificação do prazo prescricional dos processos em tramitação na Unidade de forma a observar a Resolução nº 112/2010-CNJ?



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA

(Resolução 112/2010-CNJ- institui mecanismo para controle dos prazos de prescrição nos tribunais e juízos dotados de competência criminal)

Não houve, mas será adotada solução para que se possa acompanhar.

A unidade foi orientada a realizar controle de prazos através de planilha, de forma semelhante como procede no controle dos réus presos.

11.2. Qual a data da última verificação dos processos que se encontram suspensos com fundamento no artigo 366 do Código de Processo Penal para cumprimento do procedimento determinado pelo Provimento nº 15/2009-CJRMB? (Provimento nº 15/2009-CJRMB – dispõe acerca dos procedimentos a serem adotados pelas Varas Criminais nos casos de processos suspensos com base no artigo 366 do Código de Processo Penal)

Não se está realizando, em razão da deficiência dos servidores.

A unidade foi orientada a realizar controle de prazos em planilha com alerta de fim de prazo, no mais, de forma semelhante como procede no controle de réus presos.

12. EXECUÇÃO PENAL:

(O questionário do item execução penal deve ser preenchida quando se tratar de Unidade judicial com competência privativa)

12.1. Dados estatísticos do Sistema Eletrônico de Execução Unificado- SEEU:

Data do preenchimento dos dados: 13/03/2023.

PERFIL NO SEEU	Regime fechado e semiaberto	Regime aberto e medidas alternativas
Total de Execuções Ativas:		49
Intimações pendentes na Secretaria – COM URGÊNCIA		17
Análise de juntadas para realizar com URGÊNCIA		08
Análise de juntadas – Retorno de conclusão com URGÊNCIA		06
Análise de juntada – processos aguardando recebimento no Distribuidor		08
Processos com pendência de implantação*		00
Processos com inconsistências*		06
Total de processos conclusos		02
Total de processos conclusos há mais de 100 (cem) dias.		00

12.2 Quantos são os(as) apenados(as) em regime fechado, semiaberto e aberto



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA

sob jurisdição da Vara?

Fechado 00.
Semiaberto 00.
Aberto 37.
Restritiva de Direitos 10.
ANPP 01
SURSIS 01

12.3. Por amostragem, selecione 3 nomes relacionados na lista de presos, verificando a regularidade com relação a expedição de guia de recolhimento

Não há presos em regime fechado.

12.4. Por amostragem, selecione 1 nome relacionado na lista de pessoas sob medida de segurança, verificando a regularidade com relação a expedição de guia de internamento ou de tratamento ambulatorial

Não há.

12.5 Por amostragem, selecione 1 nome relacionado na lista de presos e verifique com relação a regularidade de emissão de atestado de pena a cumprir observa os prazos previstos no artigo 12 da Resolução nº 113/2010-CNJ? (Dispõe sobre o procedimento relativo à execução de pena privativa de liberdade e de medida de segurança e dá outras providências)

Não há presos em regime fechado ou em medida de segurança.

13. DAS AUDIÊNCIAS CRIMINAIS:

13.1. Quanto às audiências de custódia, é observado o prazo para sua realização determinado pela Resolução nº 2013/2015-CNJ, de 15/12/2015 e do Provimento Conjunto nº 01/2016-GP/CJCI/CJRMB? (Resolução nº 2013/2015-CNJ – Dispõe sobre a apresentação de toda pessoa presa à autoridade judicial no prazo de 24 horas. Provimento Conjunto nº 01/2016-GP/CJCI/CJRMB – regulamenta a audiência de custódia no âmbito do Poder Judiciário do Estado do Pará)

Sim.

13.2. Qual a data em que foi realizada a última audiência de custódia?

09/03/2022, de forma presencial/hibrida.

13.3. Perfil da pauta:

a) Quantas audiências estão pautadas para o mês seguinte à inspeção?

19, considerando período de licença do magistrado.

b) Para qual data está designada audiência mais distante de pessoa que se encontra presa?

Não existe, está a se aguardar a apresentação da denúncia ou citação ou resposta para que sejam designadas.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA

14. VARA COM COMPETÊNCIA DE TRIBUNAL DO JÚRI:

14.1. Quantas sessões do Tribunal do Júri foram designadas nos últimos 03 (três) meses?

00

14.2. Quantas sessões foram realizadas e quantas foram redesignadas?

00

14.3. Quantos processos aguardam designação de Tribunal do Júri? Listar processos nesta situação.

7:

0004088-71.2013.8.14.0063

0003374-77.2014.8.14.0063

0001562-87.2020.8.14.0063

0000641-80.2010.8.14.0063

0000641-80.2010.8.14.0063

0000846-46.2009.8.14.0063

0000870-79.2006.8.14.0063 (Custodiado na Comarca de Palmeiras de Goiás/GO, que teve sua prisão relaxada.)

15. CORREIÇÃO ANUAL:

15.1. Data da última correição anual realizada na Unidade Judicial:

09 a 10 de junho de 2022

15.2. Data da última correição realizada pela Corregedoria?

06 a 09/04/15

15.3. Existem registros de recomendações na correição ordinária anterior realizada pela Corregedoria Geral? Quais?

- 1- O prédio necessitava de reparos urgentes, apresentava goteiras no protocolo e no salão do júri, além disso o telhado corre risco de desabar, não apresentava acessibilidade para deficientes físicos, visuais e idosos, além da segurança precária, tendo sido arrombado no ano de 2012, providencias: oficiar à presidência e Secretaria de Engenharia.
- 2- O quadro de servidores era satisfatório. Entretanto, a maior parte era cedido da Prefeitura Municipal, há necessidade de capacitação e qualificação de todos os servidores. Providencias: oficiar a Presidência e Secretaria de Gestão de pessoas a fim de seja avaliada a possibilidade de nomeação de servidores.

Na inspeção, constatou-se resolução da situação das goteiras e do telhado com risco



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA

de desabamento, bem como da acessibilidade, com implantação de rampas de acesso ao Fórum e adaptação do banheiro, devendo ser considerado cumprido.

Viga de Nazaré - PA, 13/03/2023.

**SILVIA MARA BENTES DE
SOUZA COSTA:4596**

Assinado de forma digital por SILVIA
MARA BENTES DE SOUZA COSTA:4596
Dados: 2023.06.01 17:58:19 -03'00'

SÍLVIA MARA BENTES DE SOUZA COSTA
Juíza) Auxiliar da Corregedoria

**BRENO PECK DE
BARROS
MELLO:74290452272**

Assinado de forma digital
por BRENO PECK DE BARROS
MELLO:74290452272
Dados: 2023.06.02 12:34:35
-03'00'

BRENO PECK DE BARROS MELLO
Servidor(a) da CGJ